



EDUARDO VALVERDE, PT, Rondônia.

Apoio ao projeto de lei sobre o estabelecimento de cotas para acesso de estudantes carentes e afro-descendentes às universidades públicas. Adoção de políticas públicas para combate ao racismo e à exclusão social. Realização de audiência pública para debate da expansão do ensino médio profissionalizante em Porto Velho, Estado de Rondônia. Associação ao discurso da Deputada Vanessa Grazziotin a respeito da participação do Exército na construção dos gasodutos Urucum/Porto Velho e Urucum/Manaus. Sessão 26.04.2006 / DCD 27.04.2006, 21335

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT-RO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, ontem foi realizada importante reunião de audiência pública - as Comissões de Educação e Cultura e de Direitos Humanos reuniram-se com diversos pensadores para debater acerca do Projeto de Lei nº 73, de 1999 -, mas infelizmente a imprensa acabou dando a ela um aspecto pejorativo. Trata-se de assunto de extrema importância: a inclusão social e a diminuição da desigualdade étnica e racial.

Infelizmente, setores da elite brasileira não querem modificar este País. Estereotipam situações, dão um tom pejorativo ao debate, como se a nossa igualdade social fosse meramente formal, não devendo ser também material.

As vagas permitirão que os estudantes pobres e afro-descendentes tenham acesso à universidade pública, que os pais deles pagam por meio de impostos. Mas esses estudantes não podem ter acesso a ela devido ao caráter excludente do processo de seleção. Aqueles que estudam em escola particular, que fazem cursinho pré-vestibular - o que demonstra que têm renda elevada -, acabam se sentando nos bancos das universidades públicas. Enquanto isso os estudantes de classe pobre e a maioria dos afro-descendentes não têm a oportunidade de ingressar na universidade e de ter acesso ao conhecimento e à pesquisa.

O projeto pretende desigualar os desiguais para que, no futuro, se tornem iguais. Toda política afirmativa é transitória, mas tem de ser executada de maneira cautelosa, como disse o ilustre jurista Fábio Comparato.



A imprensa noticia a manifestação de grupos que buscam o reconhecimento e não o debate, o conteúdo, o essencial, que deve ser levado pela mídia eletrônica à população brasileira. A maioria apóia o projeto.

Nesta Casa, infelizmente, um setor reacionário e conservador impetrou recurso com o intuito de postergar ou enterrar esse projeto de impacto. Aquele ato da Princesa Isabel pouco representou para a melhoria da qualidade de vida da população afro-descendente no Brasil.

O Estado tem de implementar ações, no tocante às populações indígenas e discriminadas, para combater fortemente o racismo e a exclusão social.

Sr. Presidente, amanhã, em Porto Velho, será realizada outra audiência pública com a presença do Secretário Nacional de Ensino Médio, do MEC. Na oportunidade discutiremos a questão da Escola Técnica Federal, dentro desse plano de expansão do ensino médio profissionalizante no Brasil, que infelizmente, no passado, foi enterrado, engavetado por uma medida muito lesiva aos interesses da juventude, que deseja ter uma profissão, após concluir o Ensino Fundamental.

Amanhã, em Porto Velho, durante a audiência, será discutido o caráter dessa Escola Técnica Federal, que foi pensada originalmente como agrotécnica. No entanto, em face da construção do Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira, haverá imensa demanda de novos profissionais. Rondônia não quer somente participar dessa construção com mão-de-obra barata. Temos de contratar técnicos, engenheiros, administradores, operários qualificados para evitar a migração desordenada de outras regiões do Brasil para aquele Estado.

A Escola Técnica é um importante instrumento para ampliar as oportunidades de profissionalização dos jovens que precisam trabalhar e sair da exclusão social. Esse debate refere-se a 2 Escolas Técnicas. Uma delas está localizada



em Porto Velho. Quanto à outra, será discutida com a sociedade rondoniense sua melhor localização e caráter.

Esperamos que ainda este ano seja efetivado o projeto de lei do Presidente da República, que institui o Centro de Educação Tecnológica. Contamos com a presença de todos que já foram antecipadamente convidados e da população de Porto Velho na audiência pública.

Sr. Presidente, somo-me às declarações da Deputada Vanessa Grazziotin sobre a necessidade de o Exército Brasileiro participar da construção dos gasodutos Urucum-Porto Velho e Urucum-Manaus. O projeto sofre com um pesado *lobby* de empreiteiras. Elas superfaturaram o preço e tornaram inviável a execução da obra, pois sabem da importância do gás. Trata-se de chantagem econômica com o Governo, que precisamos combater. A saída é convocar o Exército e apressar a construção dos gasodutos, dando à população da Amazônia alternativa energética que lhe permita desenvolver, de maneira sustentável, sua economia.

Obrigado.